

**Vº Seminário Alto Minho: Desafio 2020 - "Uma Região Resiliente - Como tornar a região mais sustentável e inclusiva". "**

**31 de janeiro de 2013 | Arcos de Valdevez**

Exmos. Senhores,

O tema principal que hoje debatemos nesta iniciativa "Alto Minho 2020" é, como todos concordarão, mais atual do que nunca.

Com efeito, as consequências da grave crise financeira, económica e social que vivemos, têm vindo a tornar cada vez mais incontornável a necessidade de se **reforçar a coesão social e territorial na União Europeia (UE), nos seus Estados Membros e nos seus espaços regionais.**

Mesmo antes do agravamento da crise, o número de pessoas em **risco de pobreza** na UE atingia já em 2008 cerca de 80 milhões de habitantes. Além disso, 8% dos europeus viviam já nessa altura em situação de grave privação material, não podendo aceder a um conjunto de necessidades essenciais a uma vida digna (nos países da UE mais pobres, esta taxa superava mesmo os 30%). Ao nível da **empregabilidade**, a UE contava ainda com cerca de 80 milhões de pessoas pouco qualificadas ou com competências básicas. Até 2020, estima-se que haverá mais 16 milhões de postos de trabalho para trabalhadores altamente qualificados, enquanto a oferta de emprego para trabalhadores pouco qualificados registará uma diminuição de 12 milhões de postos de trabalho. No que se refere ao **emprego**, as taxas de desemprego têm vindo a crescer a um ritmo brutal nos últimos anos, atingindo atualmente níveis históricos. No caso dos jovens, a taxa de desemprego da EU subiu recentemente para os 23,4% (39% em Portugal), o que significa que existem atualmente 5,6 milhões de jovens desempregados na União Europeia, mais 279 mil do que em Outubro de 2011.

Um relatório recentemente publicado pela Comissão Europeia permite-nos concluir que a situação portuguesa é, regra geral, mais desfavorável do que a média europeia no que respeita aos indicadores relacionados, quer com o desemprego (em particular, taxa de desemprego, desemprego jovem e desemprego de longa duração), quer com o risco de pobreza e exclusão. Contudo, os indicadores nacionais relacionados com a

saúde são na generalidade dos casos bastante melhores do que a média europeia (mortalidade infantil, esperança de vida, taxa de mortalidade em doenças cancerígenas ou coronárias).

Ou seja, na prática, estamos a viver, em termos europeus e nacionais, o cenário antecipado por alguns especialistas para o início do presente século. Previam eles – e, infelizmente, agora confirma-se - que - “A tarefa política primordial de cada nação será o controlo das forças centrífugas da economia global que dilaceram os laços que ligam os cidadãos – conferindo cada vez mais riqueza aos mais ricos e perspicazes, entregando os menos qualificados a níveis de vida cada vez mais baixos. À medida que as fronteiras se tornam mais irrelevantes em termos económicos, os cidadãos em melhor posição para poderem prosperar no mercado mundial são tentados a escapar aos laços de fidelidade à nação, desvinculando-se, assim, dos seus companheiros menos favorecidos”.

Com a pressão brutal para a redução da provisão da generalidade dos serviços públicos originada pela crise da dívida soberana dos Estados Europeus tornou-se lugar-comum nos dias de hoje afirmar-se que todos queremos a mesma coisa, apenas propomos maneiras um pouco diferentes de atingir os objetivos. Mas esse falso consenso é ingénuo ou hipócrita, porque, por exemplo, quem não precisa dos serviços públicos, não busca o mesmo que as pessoas que dependem exclusivamente do setor público.

Os serviços públicos de proximidade, que constituem um dos principais compromissos mínimos de cidadania dos modernos Estados europeus, têm sido nos últimos anos cada vez mais colocados em causa em Portugal. Nessa voragem centralista, o Estado português tem abandonado cada vez mais o seu território e as pessoas que nele vivem - primeiro, foram as escolas, depois, os centros de saúde, mais tarde as maternidades, logo de seguida, os Tribunais, depois, as freguesias, posteriormente, as finanças e a segurança social e, por fim, a asfixia financeira e burocrática dos próprios municípios.

Pois, meus amigos, é mais do que tempo de dizermos que temos memória e não queremos voltar a ter uma sociedade em que os jovens de zonas longínquas ou de estratos sociais desfavorecidos não têm qualquer oportunidade de ascender socialmente, melhorando as condições em que nasceram. Temos memória e não queremos voltar a ter uma sociedade em que os alunos de zonas longínquas ou de estratos sociais desfavorecidos não têm possibilidade de continuar os seus estudos,

incrementando os riscos de, mais tarde, virem a ficar no desemprego, de terem empregos pouco gratificantes, ou de serem obrigados a emigrar. Temos memória e não queremos voltar a ter uma sociedade em que a desvantagem económica das pessoas ou dos territórios se traduz na impossibilidade de aceder aos cuidados de saúde essenciais. Temos memória e não queremos voltar a ter uma sociedade em que quem esteja em situação de desemprego, seja socialmente marginalizado e fique perpetuamente condenado a ser considerado supérfluo para a economia. Temos memória e não queremos voltar a ter uma sociedade em que o grau de desigualdade seja tal que conduza a uma regressão brutal dos tradicionais níveis de vida do modelo social europeu em domínios como a mortalidade infantil, a esperança de vida, o desemprego, a toxico dependência, ou a criminalidade.

O desenvolvimento de uma rede qualificada, eficiente e equilibrada de serviços públicos territoriais é, pois, essencial para prevenir níveis insustentáveis de desigualdade económica, social ou territorial, criando as condições de equidade mínimas para que todos os membros da sociedade, independentemente da sua situação económica de partida ou do território onde vivam, possam usufruir da oportunidade de, por direito próprio e não por caridade, terem uma vida digna.

Para tal, é imperativo ter um Estado simultaneamente mais próximo, mais eficiente e mais solidário, que promova a coesão social e territorial, assegurando níveis mínimos de qualidade e de acesso à generalidade dos serviços coletivos territoriais de proximidade em domínios como:

i) a **educação**, onde, nos próximos anos, poderá estar sobretudo em causa o apoio a iniciativas piloto predominantemente imateriais que contribuam para que o ensino escolar e pré-escolar no Alto Minho possa atingir um patamar de excelência em termos de qualidade e eficiência. Algumas dessas ações estão, aliás, já em curso, como é o caso da iniciativa “Empreendedorismo nas Escolas”, que vem sendo dinamizada pela CIM e Municípios Alto Minho, IPVC e Fundação Coração Delta. Assegurado o essencial das condições infraestruturais através do QREN 2007-2014, a educação continuará, pois, a ser uma aposta prioritária no próximo período de programação 2014-2020, propiciando a todos os jovens do Alto Minho, independentemente do território onde vivam ou do seu estatuto económico, as condições mínimas indispensáveis para a sua futura mobilidade social;

ii) a **saúde**, onde será, por certo, importante dinamizar a iniciativa “Alto Minho Saudável”, sensibilizando a população em geral para a prática da atividade física e

para um modo de vida mais ativo, contribuindo, dessa forma, quer para minorar os riscos e custos de saúde, quer para um envelhecimento mais ativo e mais autónomo, quer mesmo para a geração de novas oportunidades de emprego neste setor ao nível sub-regional. Será, igualmente, dada prioridade à utilização das redes de novas tecnologias de informação e comunicação no acesso e monitorização dos principais cuidados de saúde, com particular expressão nas zonas de baixa densidade;

iii) o **emprego e formação** onde importa, por certo, dinamizar uma estratégia para a promoção da empregabilidade no Alto Minho, através do desenvolvimento de redes de concertação territoriais e setoriais à escala supramunicipal, estabelecendo, em parceria com os principais atores representativos do território, a visão, prioridades e principais referenciais para a ação no período 2014-2020 que contribuam: (ii.1) por um lado, para melhorar a adequação entre a oferta de ensino e formação e as necessidades e oportunidades existentes no Alto Minho; e (ii.2) por outro, para especificar os projetos e ações âncora prioritárias de formação e emprego a desenvolver no horizonte 2014-2020, quer nos principais clusters do Alto Minho, quer em termos transversais;

iv) a **cultura e criatividade territorial**, enquanto mecanismo de transformação criativa do território que, ao combinar aspetos económicos, culturais, sociais e tecnológicos, promoverá a capacitação para a criatividade da comunidade local (associações culturais, associações empresariais e comerciais, escolas, autarquias,...) no desenvolvimento de ações que assegurem um up-grade criativo dos elementos chave singulares e distintivos de cada território, ou seja, do capital simbólico e identitário do Alto Minho;

iv) o **saneamento básico e os transportes locais**, onde, apesar de haver ainda alguns investimentos prioritários a desenvolver na qualificação das redes em 2014-2020, a preocupação central incidirá, por certo, no reforço da eficiência e da escala de intervenção intermunicipal da provisão destes serviços coletivos básicos de cidadania, em iniciativas, como por exemplo, a redução de perdas de águas, a introdução da telegestão de redes, o planeamento e gestão intermunicipal de transportes, ou o desenvolvimento de iniciativas piloto de transportes em zonas de baixa densidade;

Ou seja, o reforço que tem vindo a ser realizado nas últimas décadas de aumento da cobertura territorial dos principais serviços coletivos de proximidade, permite, agora, no período 2014-2020, apostar, de forma mais incisiva, na melhoria dos níveis de qualidade e eficiência de provisão desses serviços, contribuindo por essa via para

promover uma sociedade mais coesa e equilibrada, onde todas as pessoas possam dispor de mais oportunidades de terem uma vida digna.

Para terminar, queria dizer-vos que a CIM Alto Minho irá dar sequência a esta iniciativa procurando que os vários protagonistas políticos, económicos e sociais continuem a ter uma voz ativa e contribuam de forma empenhada para desenhar um quadro do que poderá e deverá ser o território do Alto Minho no horizonte 2020. A nossa ambição é, assim, que, após a construção de uma visão partilhada e das principais prioridades da estratégia Alto Minho 2020, todos possam, agora, participar ativamente na definição do Plano de Ação que enquadrará os principais projetos âncora a desenvolver no horizonte 2014-2020.

Confiamos, pois, que, com a estratégia “Alto Minho 2020”, o seu Plano de Ação e a subsequente proposta de “Investimento Territorial Integrado 2014-2020” - ITI para o Alto Minho – que, após auscultação pública, pretendemos apresentar ao Governo neste primeiro semestre de 2013, a nossa população, o nosso território e as nossas instituições estarão melhor preparadas, quer para enfrentar os enormes desafios com se confrontarão no seu futuro, quer para poder aproveitar adequadamente as oportunidades do novo período de programação.

Por fim, queria, em nome dos dez presidentes do Conselho Executivo da CIM do Alto Minho, que aqui saúdo, agradecer a todos pela vossa presença, agradecer em particular a todos os oradores e moderadores que convidamos pela sua preciosa colaboração no desenvolvimento deste debate e desejar a todos que continuem a participar ativamente nesta iniciativa “Alto Minho 2020”.

Muito obrigado!